

ESTRUTURA PRODUTIVA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES NO SETOR AGRÍCOLA E A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

Macielde Gomes dos Santos¹ | José Alderir da Silva²

Como citar: SANTOS, M. G.; SILVA, J. A. Estrutura produtiva no Brasil: transformações no setor agrícola e a expansão dos serviços. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 11, n. 1, e20261102, 2026.

Resumo: Este artigo analisa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir das transformações estruturais nos setores primário e de serviços, com ênfase na consolidação do setor terciário e no papel do turismo. O objetivo é compreender como a modernização da agricultura e a expansão dos serviços contribuíram para a reorganização produtiva, a geração de emprego e o desenvolvimento regional, sobretudo em áreas com limitada presença industrial. A metodologia adotada é analítico-descritiva, baseada em revisão bibliográfica e na análise de dados secundários provenientes de instituições oficiais, como IBGE, IPEA, MDIC, CAGED e Ministério do Turismo, abrangendo principalmente o período entre o final da década de 1990 e 2013. Os resultados indicam um processo consistente de terciarização da economia brasileira, marcado pelo aumento da participação dos serviços no PIB e pela centralidade do setor na geração de empregos formais. Destaca-se o turismo como atividade estratégica, especialmente no Nordeste, embora persistam desafios relacionados à baixa remuneração e às desigualdades regionais, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação e à elevação da produtividade.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Setor de Serviços. Turismo.

Abstract: This paper examines Brazil's economic development through the lens of structural transformations in the primary and service sectors, with emphasis on the consolidation of the tertiary sector and the role of tourism. The objective is to understand how agricultural modernization and the expansion of services have contributed to productive restructuring, job creation, and regional development, particularly in areas with limited industrial presence. The methodology is analytical and descriptive, based on a literature review and the analysis of secondary data from official institutions such as the IBGE, IPEA, MDIC, CAGED, and the Ministry of Tourism, covering mainly the period from the late 1990s to 2013. The results indicate a consistent process of economic tertiarization in Brazil, characterized

¹Graduação em Economia pela UFRN. Graduação em Ciências Contábeis pela Uni Nassau. Pós-graduação em Contabilidade pela Faculdade de Jacarepaguá RJ. Pós-graduação em Gestão Pública pela Faculdade de Jacarepaguá RJ e e-mail: macieldern@yahoo.com.br.

²Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), lotado no Departamento de Engenharias (Denge). Líder do Grupo de Pesquisa "Laboratório em Economia da Transição Energética" (Laete). Líder do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Estudos Populacionais e Desenvolvimento Sustentável" (Lepds). e-mail: josealderir16@hotmail.com.

by the growing share of services in GDP and the sector's central role in formal employment generation. Tourism emerges as a strategic activity, especially in the Northeast, although challenges related to low wages and persistent regional inequalities remain, highlighting the need for public policies aimed at workforce qualification and productivity enhancement.

Keywords: Economic development; Service sector; Tourism.

1 Introdução

O debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil historicamente esteve associado ao processo de industrialização, à expansão do setor secundário e à capacidade do país em internalizar progresso técnico e ganhos de produtividade, conforme destacado por autores estruturalistas e desenvolvimentistas como Furtado (1961), Hirschman (1958) e Tavares (1972). Durante décadas, a indústria foi compreendida como o principal motor do crescimento econômico, da geração de emprego qualificado e da elevação da renda.

No entanto, essa perspectiva, embora relevante, mostra-se insuficiente para explicar a dinâmica econômica de amplas parcelas do território nacional, sobretudo em regiões onde a industrialização foi limitada, tardia ou praticamente inexistente. Nesses espaços, o desenvolvimento econômico assume trajetórias próprias, fortemente condicionadas pela estrutura produtiva local e pela interação entre os setores primário e terciário da economia, conforme apontam Cano (2007) e Brandão (2008).

O Brasil apresenta marcantes desigualdades regionais, tanto em termos de renda quanto de acesso à infraestrutura, capital e tecnologia. Essas disparidades se refletem diretamente na forma como os diferentes setores econômicos (Diniz, 1993; Pacheco, 1998) se organizam e contribuem para o desenvolvimento regional. Enquanto determinadas regiões se beneficiaram intensamente da modernização agrícola e da diversificação dos serviços, outras permaneceram à margem desses processos, reproduzindo estruturas produtivas tradicionais, de baixa produtividade e com limitada capacidade de geração de renda. Nesse contexto, compreender o papel dos setores primário e terciário torna-se fundamental para analisar alternativas de desenvolvimento econômico local, especialmente em municípios de pequeno e médio porte.

O setor agrícola, embora frequentemente associado a formas tradicionais de produção, passou por profundas transformações ao longo do século XX, especialmente a partir do processo de modernização da agricultura. Conforme argumentam Graziano da Silva e Velho (1982) e Delgado (2012), esse processo implicou a incorporação intensiva de capital, tecnologia e conhecimento científico, integrando a produção primária a complexos agroindustriais e a uma ampla rede de serviços.

No entanto, tal modernização ocorreu de maneira seletiva e concentrada, beneficiando determinadas regiões e segmentos produtivos, ao mesmo tempo em que reforçou desigualdades fundiárias, sociais e territoriais. Assim, ao mesmo tempo em que a agricultura moderna se consolidou como um dos pilares da economia brasileira, persistiram extensas áreas caracterizadas por agricultura de subsistência, baixa mecanização e forte dependência de transferências governamentais.

Paralelamente, o setor de serviços ganhou centralidade crescente na economia brasileira, acompanhando as transformações estruturais observadas nas economias contemporâneas (Baumol, 1967; Kon, 2004). Antes tratado de forma residual pelos

economistas clássicos, o setor terciário passou a desempenhar papel estratégico na geração de emprego, na circulação de renda e na dinamização das economias locais, como destaca Aragão (2019).

A expansão dos serviços está associada não apenas ao aumento da renda e à urbanização, mas também à diversificação das demandas sociais e produtivas, abrangendo desde atividades de baixa complexidade até serviços altamente especializados. No Brasil, esse setor apresenta a particularidade de possuir menor exigência de grandes investimentos iniciais e menor grau de burocracia para sua instalação, o que favorece sua disseminação por todo o território nacional (Kon, 2004).

Dessa forma, o setor de serviços assume especial relevância para regiões que não dispõem de uma base industrial sólida ou de uma agricultura altamente modernizada. Em muitos municípios, especialmente no interior do país, o comércio, os serviços pessoais, o turismo e as atividades vinculadas à administração pública constituem as principais fontes de ocupação e renda. Entre essas atividades, o turismo destaca-se como uma alternativa potencial de desenvolvimento econômico regional, ao articular recursos naturais, culturais e históricos com a prestação de serviços e a geração de emprego (Beni, 2019), ainda que, muitas vezes, em postos de trabalho de menor remuneração.

No Nordeste brasileiro, o turismo tem se consolidado como uma das principais atividades do setor terciário, com forte impacto sobre o Produto Interno Bruto regional e sobre o mercado de trabalho. Historicamente concentrados no litoral, os investimentos turísticos têm contribuído para a transformação econômica de determinadas áreas, embora seu alcance territorial ainda seja desigual.

Mais recentemente, observa-se a emergência de novas modalidades de turismo, como o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo regionalizado, que ampliam as possibilidades de inserção econômica de municípios do interior, tradicionalmente excluídos dos grandes fluxos de investimento (Figueiredo e Nóbrega, 2015).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico no Brasil a partir da trajetória dos setores primário e de serviços, enfatizando sua relevância para o desenvolvimento regional e local em contextos onde a indústria não se apresenta como eixo estruturante da economia.

Parte da hipótese de que a modernização da agricultura e a expansão do setor de serviços contribuíram para a reorganização da estrutura produtiva brasileira, promovendo o desenvolvimento econômico regional e a geração de emprego, especialmente em regiões com baixa presença industrial, ainda que esse processo tenha ocorrido de forma desigual e com predominância de ocupações de menor remuneração no setor terciário.

Por meio de uma abordagem histórica e analítica, busca-se compreender como a modernização da agricultura e a expansão do setor terciário moldaram diferentes realidades econômicas no país, evidenciando tanto seus avanços quanto suas limitações. Ao privilegiar essa perspectiva, o estudo contribui para o debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento econômico, especialmente em regiões marcadas por fragilidades estruturais, mas que apresentam potencialidades ainda pouco exploradas.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente artigo encontra-se estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, discute-se o processo de modernização do setor agrícola no Brasil, analisando suas principais características, os mecanismos de incorporação de capital e tecnologia. A segunda seção é dedicada à análise das transformações ocorridas no setor de serviços, abordando sua crescente

participação na estrutura produtiva nacional, seu papel na geração de emprego e renda e sua relevância para o desenvolvimento regional e local. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, nas quais são sistematizados os principais resultados do estudo, destacando-se os avanços e limitações dos setores analisados como vetores de desenvolvimento econômico.

2 O Setor Agrícola no Brasil e sua Modernização

A riqueza é resultante da combinação dos fatores de produção, sendo que “a principal característica é que o meio de produção fundamental na agricultura – a terra – não é suscetível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre arbítrio do homem, como ocorre com as máquinas e os demais meios de produção e instrumentos de trabalho” (Graziano da Silva, 1981).

Desse modo, estudar o fator econômico terra, considerando que a terra é o único dos fatores de produção que não pode ser reproduzido, é de suma importância para compreender e analisar os problemas econômicos e sociais que se desencadearam ao longo da história do Brasil.

Naturalmente, o resultado do uso da terra na produção é a renda. Os economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Malthus, dentre outros) discutiam como se dava esse processo de geração da renda da terra, bem como sua dinâmica e suas dificuldades. Para Hunt (1989) e Silva (2017), todos esses autores apontam a renda como um efeito natural do uso produtivo da terra. Nesse contexto, o setor primário, nos tempos modernos, passou a atingir importância e a apresentar características semelhantes às de uma grande indústria.

O setor agrícola ganhou um novo enfoque com a chamada Modernização da Agricultura. Segundo Lerrer (2023), a estrutura produtiva rural deixou de ser predominantemente latifundiária e passou a se organizar em torno de uma agricultura empresarial, caracterizada pelo uso intensivo de tecnologia e pela integração ao complexo agroindustrial, processo no qual a produção primária perde sua autonomia ao se subordinar à lógica industrial (Silva e Lourenço, 2017).

Atualmente, o Brasil é amplamente reconhecido por sua elevada capacidade de produção de alimentos (grãos, carnes, entre outros) voltados à exportação. Esse desempenho ocorreu em decorrência da concentração de terras e da indução de capital nesse tipo de produção. O capital introduzido no campo se materializa por meio do uso intensivo de tecnologia, como máquinas agrícolas, melhoramento genético de plantas e animais, técnicas de armazenamento e conservação de alimentos, além da utilização de diversos tipos de serviços, como gestão, transporte e logística.

Toda essa dinâmica na agricultura brasileira corresponde ao processo denominado modernização da agricultura. Em outras palavras, segundo Graziano Neto (1982), trata-se, na verdade, de “um processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira”.

Assim, a modernização da agricultura brasileira pode ser compreendida como um processo histórico e estrutural de reorganização das relações produtivas no campo, marcado pela incorporação crescente de capital, tecnologia e inovações organizacionais à atividade agrícola. Esse processo envolve a mecanização da produção, o uso intensivo de insumos industriais, o avanço da pesquisa científica aplicada ao setor e a integração da agricultura aos mercados nacionais e internacionais, aproximando-a da lógica

empresarial e industrial.

Conforme destaca Firmiano (2022), trata-se de uma transformação de natureza capitalista, que não ocorre de forma isolada, mas articulada às mudanças mais amplas da economia brasileira, refletindo a expansão do capitalismo, a redefinição do papel do Estado e a reestruturação dos demais setores produtivos. Assim, a modernização da agricultura não se limita ao aumento da produtividade ou à adoção de novas técnicas, mas implica alterações profundas na organização social do trabalho, na estrutura fundiária e nas formas de apropriação da renda no meio rural.

Para os defensores do processo de modernização da agricultura, a concentração fundiária é interpretada como um elemento funcional e produtivo, não sendo considerada, necessariamente, prejudicial ao desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a grande propriedade rural assume caráter empresarial, marcado pela elevada profissionalização, pelo uso intensivo de tecnologia e pela inserção competitiva nos mercados. Desse modo, o latifúndio tradicional, associado à improdutividade e à mera concentração de terras, daria lugar à moderna empresa rural, entendida como expressão do presente e do futuro da agricultura brasileira (Weisheimer et al., 2013).

O alerta é que: “tudo mudou. Os latifúndios se transformaram em empresas rurais, a tecnologia avançou, a agricultura se profissionalizou. Cresceram as metrópoles, inflamadas pelo violento êxodo rural. A indústria suplantou o agro” (Graziano, 2004, p. 342).

A principal justificativa para a modernização do setor agrícola é o aumento da produtividade da terra. Trata-se de uma produção baseada não apenas em quantidades expressivas, mas também em elevados padrões de qualidade. De acordo com Souza Rocha e Cabral (2014), a consolidação do agronegócio na agropecuária brasileira, especialmente a partir da década de 1990, esteve associada a um significativo aumento da produtividade rural, o que contribuiu para garantir o abastecimento interno e reduzir os custos dos alimentos. Esse processo beneficiou de forma diferenciada os agentes econômicos, favorecendo principalmente os grandes produtores, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso da população a alimentos de melhor qualidade e a preços mais baixos.

Essa produção, em quantidade e qualidade, só foi possível em razão de uma série de incentivos (fiscais, creditícios, entre outros) que concederam prerrogativas e privilégios ao capital, permitindo o desenvolvimento da eficiência do setor agropecuário, sobretudo aquele voltado à exportação. Segundo Graziano Neto (1982), os produtos agrícolas destinados ao mercado externo foram historicamente favorecidos pelas políticas governamentais, especialmente no acesso ao crédito, à pesquisa e a outros mecanismos de incentivo, o que contribuiu para que essas atividades apresentassem, de forma recorrente, maiores níveis de rentabilidade em comparação àquelas voltadas ao mercado interno.

Conforme destaca Balsan (2006), a modernização da agricultura brasileira resultou em um expressivo aumento da produtividade, superior ao observado em outros setores da economia, como a indústria. Esse desempenho pode ser observado no significativo crescimento da produção de grãos ao longo de aproximadamente duas décadas, impulsionado, sobretudo, pelos ganhos de produtividade das culturas. Mesmo em períodos de crise econômica, como a década de 1980, o setor agrícola apresentou taxas de crescimento superiores às da indústria, tendência que se manteve no início dos anos 1990, quando a agricultura continuou em expansão enquanto o setor industrial enfrentava estagnação.

As justificativas acerca do desempenho do setor agrícola são relevantes; contudo, o problema reside no fato de que essa modernização ocorre de forma concentrada e não atinge todos os municípios do país. Ou seja, o desempenho do setor agrícola é heterogêneo em termos regionais. Uma parcela significativa do território brasileiro ainda utiliza formas tradicionais de agricultura, nas quais os insumos, as técnicas e as máquinas modernas não estão presentes. Trata-se de territórios e municípios marginalizados, que permanecem à margem do processo de modernização agrícola vivenciado no Brasil nas últimas décadas.

Essas regiões apresentam elevada dependência financeira de transferências dos governos estaduais e federal, caracterizando-se por uma agricultura pouco dinamizada, com baixo nível de capitalização, escassez de recursos tecnológicos e reduzida capacidade de geração de renda. Nesses contextos, a atividade agrícola assume, em grande medida, um caráter de subsistência, incapaz de promover dinamismo econômico significativo ou de absorver a força de trabalho local de forma sustentável.

3 O Setor de Serviços no Brasil

Historicamente, o setor de serviços ocupou uma posição secundária nas análises econômicas, sobretudo no pensamento dos economistas clássicos, que o concebiam de forma residual e com limitada capacidade de gerar valor e dinamizar o crescimento econômico. Para Smith (1776), por exemplo, o trabalho produtivo era aquele capaz de gerar bens materiais tangíveis e acumuláveis, enquanto muitas atividades de serviços eram classificadas como “improdutivas”, por não resultarem em mercadorias físicas duráveis. De forma semelhante, Ricardo (1817) concentrou sua análise nos setores agrícola e industrial como principais fontes de geração de riqueza e renda, atribuindo menor relevância analítica ao setor terciário. Essa perspectiva também aparece em Marx (1867), que, embora reconhecesse a importância de certas atividades de circulação, enfatizava a produção material como núcleo da geração de valor no modo de produção capitalista.

Assim, nesse enfoque, as atividades terciárias eram compreendidas como aquelas que não se enquadravam nos setores primário e secundário, sendo frequentemente associadas à baixa produtividade e à ausência de contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico (Meirelles, 2006). Tal interpretação influenciou por longo período a formulação de políticas públicas e o direcionamento dos investimentos, relegando o setor de serviços a um papel marginal na estrutura produtiva. No entanto, as transformações econômicas e tecnológicas observadas nas últimas décadas têm questionado essa visão tradicional, evidenciando a crescente importância dos serviços na geração de emprego, renda e na sustentação das economias contemporâneas.

Todavia, com os avanços tecnológicos ao longo do tempo, o setor de serviços ganhou grande destaque. Contém mercados dinâmicos e outros um pouco mais lentos dependendo de onde ocorre a evolução da prestação de serviços (Silva, 2020).

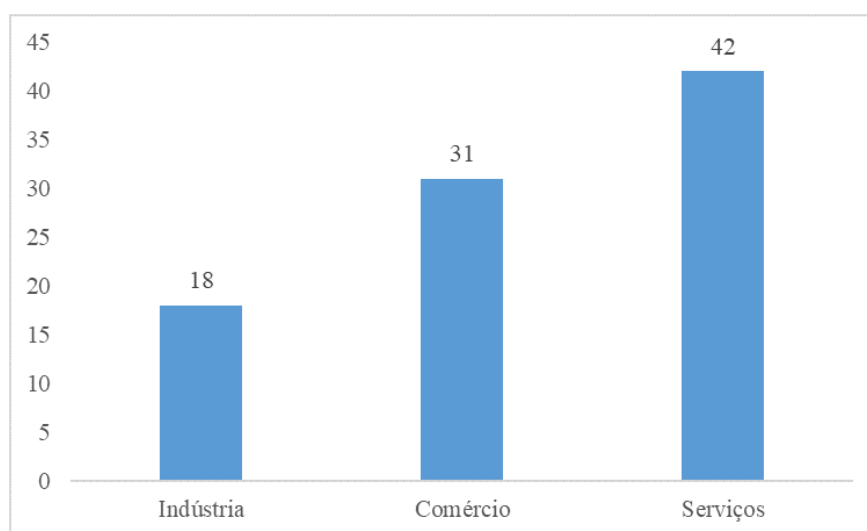
Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2016) “O setor terciário mostra crescente relevância na economia brasileira, ao evoluir junto com o aumento da renda e o desenvolvimento econômico e social verificados nos últimos anos, bem como ao constituir setor fundamental de expansão das atividades empresariais”.

Ao relacionar o Setor de Serviços com o emprego no Brasil deve observar que

um grande número de trabalhadores está sendo absorvido para o setor terciário, isso pode ser explicada pela diversidade dos serviços que pode exigir desde a mão de obra qualificada a baixa qualificação. Contudo, é um setor que emprega muito. O IPEA lançou um livro em 2006 “traçando o perfil do setor de serviços, um ramo que emprega mais do que a indústria e o comércio, e cuja receita cresceu 83% entre 1999 e 2003”. Os gráficos a seguir demonstram o setor de serviços relacionados ao emprego entre 1999 a 2003.

O Gráfico 1 evidencia diferenças significativas no ritmo de crescimento do número de empresas no Brasil entre 1999 e 2003, revelando mudanças importantes na estrutura produtiva do país. Observa-se que o setor de serviços apresentou o maior crescimento, com aumento de 42%, superando de forma expressiva o comércio (31%) e, sobretudo, a indústria (18%). Esses dados indicam uma clara tendência de expansão do setor terciário no período analisado, confirmando sua crescente centralidade na dinâmica econômica brasileira.

Gráfico 1: Crescimento do Número de Empresas entre 1999 a 2003 (%).



Fonte: Vasconcelos (p. 03, 2006, com adaptações).

O desempenho relativamente modesto da indústria sugere as dificuldades enfrentadas pelo setor secundário no contexto do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, marcado por reestruturações produtivas, abertura comercial, concorrência internacional e baixo dinamismo industrial em diversas regiões (Oliveira e Silva, 2016). Em contraste, o crescimento mais acentuado do comércio e, principalmente, dos serviços reflete a menor complexidade produtiva, os menores custos de entrada e a maior flexibilidade dessas atividades, que se adaptam com mais facilidade às mudanças econômicas e às demandas do mercado.

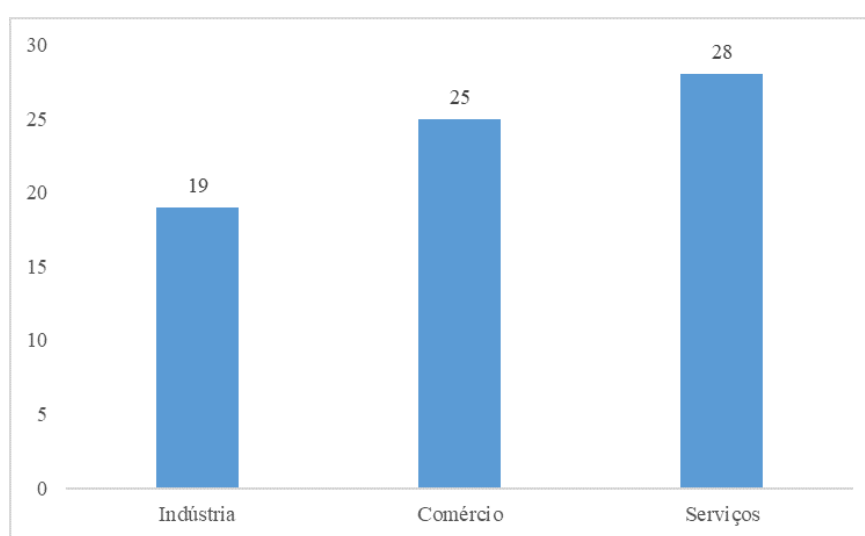
A expansão do setor de serviços também pode ser associada ao processo de urbanização, ao aumento da demanda por serviços pessoais, empresariais e públicos, bem como à terceirização de atividades antes realizadas no interior das indústrias. Além disso, esse crescimento reforça o papel do setor terciário como importante gerador de emprego e renda, especialmente em regiões onde a indústria possui presença limitada.

Assim, os dados do Gráfico 1 corroboram a interpretação de que, no período

analisado, o setor de serviços consolidou-se como o principal vetor de expansão empresarial no Brasil, contribuindo para uma reorganização da estrutura econômica nacional e para a redefinição das estratégias de desenvolvimento, sobretudo em âmbito regional e local.

O Gráfico 2 apresenta o crescimento do número de pessoas ocupadas no Brasil entre 1999 e 2003, evidenciando, novamente, diferenças relevantes entre os principais setores da economia. Observa-se que o setor de serviços foi o principal responsável pela expansão do emprego, com aumento de 28%, seguido pelo comércio (25%) e, em menor intensidade, pela indústria (19%). Esses resultados reforçam a tendência de fortalecimento do setor terciário como principal absorvedor de mão de obra no período analisado.

Gráfico 2: Crescimento do Número do Pessoal Empregado entre 1999 a 2003 (%).



Fonte: Vasconcelos (p. 03, 2006, com adaptações).

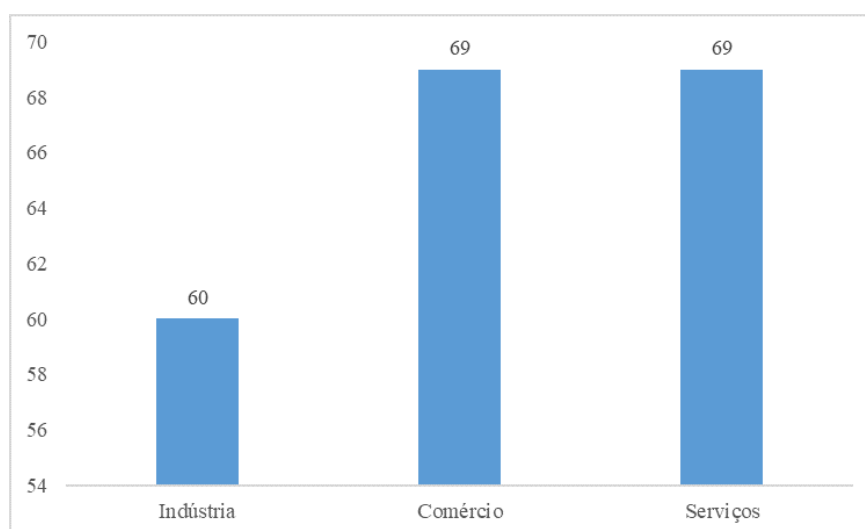
O desempenho relativamente inferior da indústria está associado ao seu maior grau de automação, à reestruturação produtiva e à busca por ganhos de produtividade, fatores que limitam a geração de novos postos de trabalho mesmo em momentos de crescimento econômico (Silva, 2014). Em contrapartida, os setores de comércio e serviços, caracterizados por maior intensidade de trabalho e maior diversidade de atividades, mostram maior capacidade de incorporação de trabalhadores, incluindo aqueles com diferentes níveis de qualificação.

A expansão do emprego no setor de serviços reflete, ainda, processos estruturais mais amplos, como a terceirização de atividades, o aumento da demanda por serviços urbanos, pessoais e empresariais, além da ampliação de serviços públicos e privados. Esse comportamento evidencia que o crescimento do setor terciário não se limita ao aumento do número de empresas, mas se traduz também em maior participação no mercado de trabalho.

O Gráfico 3 apresenta o crescimento do número de salários pagos entre 1999 e 2003, evidenciando como a expansão do emprego se refletiu na massa salarial dos diferentes setores da economia. Observa-se que comércio e serviços registraram os maiores crescimentos, ambos com aumento de 69%, enquanto a indústria apresentou crescimento inferior, de 60%. Esses dados indicam que o setor terciário, além de

ampliar o número de empresas e de pessoas ocupadas, também teve papel central na expansão da massa salarial no período analisado.

Gráfico 3: Crescimento do Número de Salários entre 1999 a 2003.

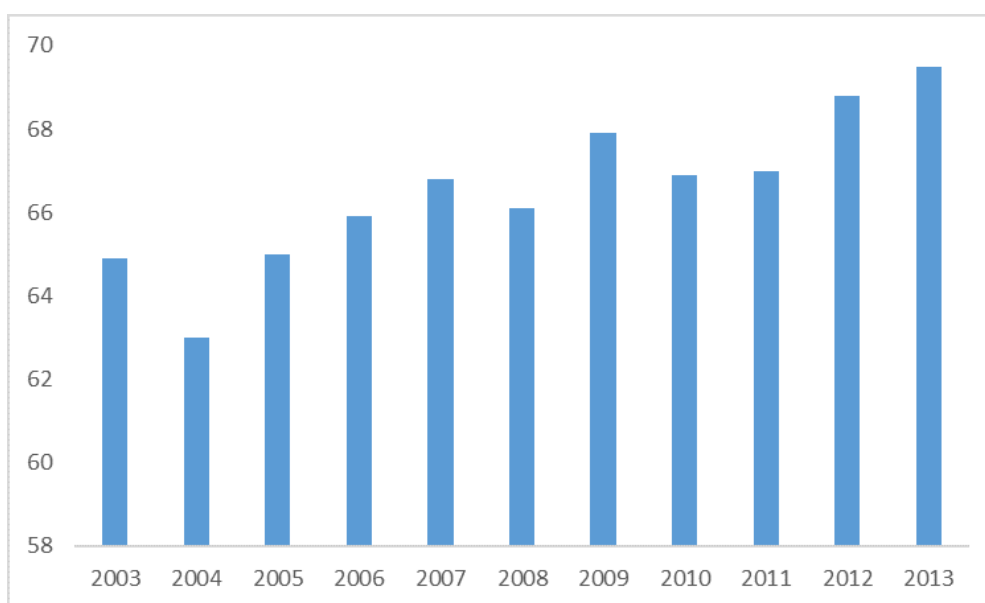


Fonte: Vasconcelos (p. 03, 2006, com adaptações).

O desempenho mais modesto da indústria pode ser associado ao seu menor dinamismo na geração de novos postos de trabalho e à maior utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra, o que limita a expansão do número de salários pagos (Silva, 2014a). Em contrapartida, o comércio e, principalmente, os serviços, por serem setores intensivos em trabalho, tendem a apresentar maior crescimento da massa salarial, ainda que isso não implique, necessariamente, salários médios mais elevados.

Além disso, o crescimento expressivo do número de salários no setor de serviços sugere a ampliação de ocupações formais e informais, muitas delas caracterizadas por remunerações mais baixas, o que reforça o papel do setor terciário como importante absorvedor de mão de obra, especialmente em contextos de restrição do emprego industrial. Dessa forma, o gráfico confirma que a expansão dos serviços no início dos anos 2000 esteve fortemente associada à geração de renda via emprego, ainda que marcada por desafios relacionados à qualidade e ao nível dos salários pagos (Souza Matos e Silva, 2014).

O Gráfico 4 evidencia a evolução da participação do setor de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre os anos de 2003 e 2013, revelando uma tendência geral de crescimento ao longo do período analisado. Em 2003, os serviços representavam 64,9% do PIB, percentual que, apesar de uma redução observada em 2004, quando atinge 63%, passa a apresentar trajetória predominantemente ascendente nos anos subsequentes.

Gráfico 4: Participação dos Serviços no PIB entre 2003 a 2013.

Fonte: IBGE (2026).

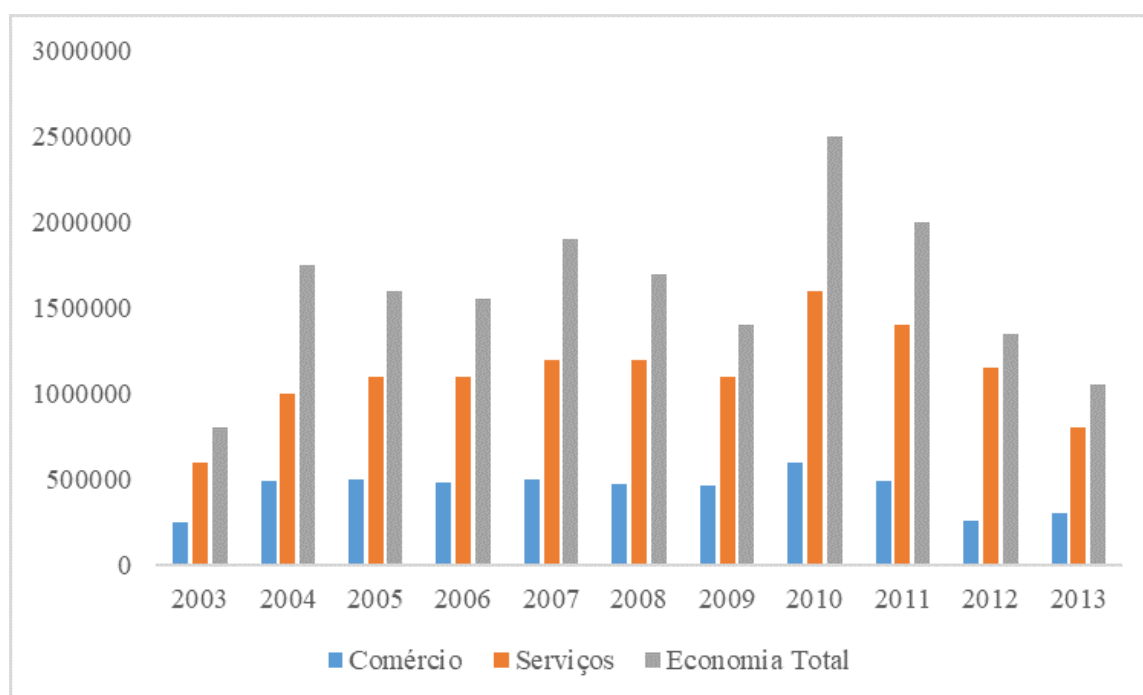
A partir de 2005, verifica-se uma retomada consistente da participação dos serviços na estrutura produtiva nacional, alcançando 65,9% em 2006 e 66,8% em 2007. Embora haja uma leve retração em 2008, o setor volta a ganhar relevância em 2009, quando atinge 67,9%, possivelmente refletindo seu papel como amortecedor dos efeitos da crise financeira internacional, dada a menor exposição de parte das atividades de serviços às flutuações do comércio externo.

Nos anos seguintes, entre 2010 e 2011, observa-se relativa estabilidade, com pequenas oscilações em torno de 67%. Contudo, a partir de 2012, a participação dos serviços volta a crescer de forma mais expressiva, atingindo 68,8%, e alcança seu ponto mais elevado em 2013, com 69,5% do PIB. Esse comportamento indica a consolidação do setor de serviços como o principal componente da economia brasileira (Gomes et al., 2025).

De modo geral, os dados apresentados reforçam a evidência de um processo de transformação estrutural, marcado pela intensificação da terciarização da economia. Tal dinâmica está associada a fatores como a urbanização, a ampliação do consumo, mudanças no perfil da demanda e a expansão de serviços públicos e privados, em consonância com a literatura que analisa a perda relativa de participação da indústria e o fortalecimento do setor de serviços no crescimento econômico brasileiro.

O Gráfico 5 revela a dinâmica da criação de postos formais de trabalho no Brasil, destacando o papel central do setor de serviços ao longo do período analisado. Observa-se que, entre 2003 e 2008, há uma expansão consistente da geração de empregos formais nos três agregados considerados. O setor de serviços apresenta desempenho superior ao do comércio, contribuindo de forma decisiva para o crescimento do emprego total da economia. Esse movimento acompanha o ciclo de crescimento econômico da década de 2000, marcado pela ampliação do consumo interno e pela expansão do mercado de trabalho formal.

Gráfico 5: Geração do Emprego Formal: Comércio, Serviço e Total da Economia entre 2003 a 2013.



Fonte: MDIC (2016).

Em 2009, nota-se uma desaceleração na criação de empregos, especialmente no comércio e no total da economia, reflexo dos impactos da crise financeira internacional. Ainda assim, o setor de serviços mantém relativa resiliência, registrando níveis de geração de emprego superiores aos observados no comércio, o que reforça sua importância como amortecedor dos choques econômicos.

O ano de 2010 se destaca como o pico da série, com expressiva geração de empregos formais no setor de serviços e, consequentemente, no total da economia. Esse resultado está associado à retomada do crescimento econômico no pós-crise, impulsionada por políticas anticíclicas e pela recuperação da demanda interna (Gomes et al., 2024).

A partir de 2011, observa-se uma tendência de desaceleração e posterior queda na geração de empregos formais, mais acentuada a partir de 2012 e 2013. Apesar da redução generalizada, os serviços continuam sendo o principal setor gerador de postos de trabalho, enquanto o comércio apresenta maior volatilidade e menor capacidade de sustentação do emprego formal (Gomes et al., 2023).

Em síntese, o Gráfico 5 evidencia que a dinâmica do emprego formal no Brasil esteve fortemente ancorada no setor de serviços entre 2003 e 2013, reforçando a interpretação de que a terciarização da economia não se manifesta apenas na estrutura do PIB, mas também na composição do mercado de trabalho formal, conforme indicam os dados do MDIC e do CAGED.

Portanto, observa-se que, no período analisado, o setor de serviços apresentou crescimento superior ao dos demais setores da economia brasileira. Tal desempenho pode ser explicado, em parte, pela menor complexidade produtiva e pelos custos relativamente mais baixos de instalação e operação, bem como por exigências burocráticas menos rigorosas quando comparadas àsquelas enfrentadas pela indústria ou por

grandes complexos do agronegócio, que demandam infraestrutura específica, elevados investimentos iniciais e maior articulação logística.

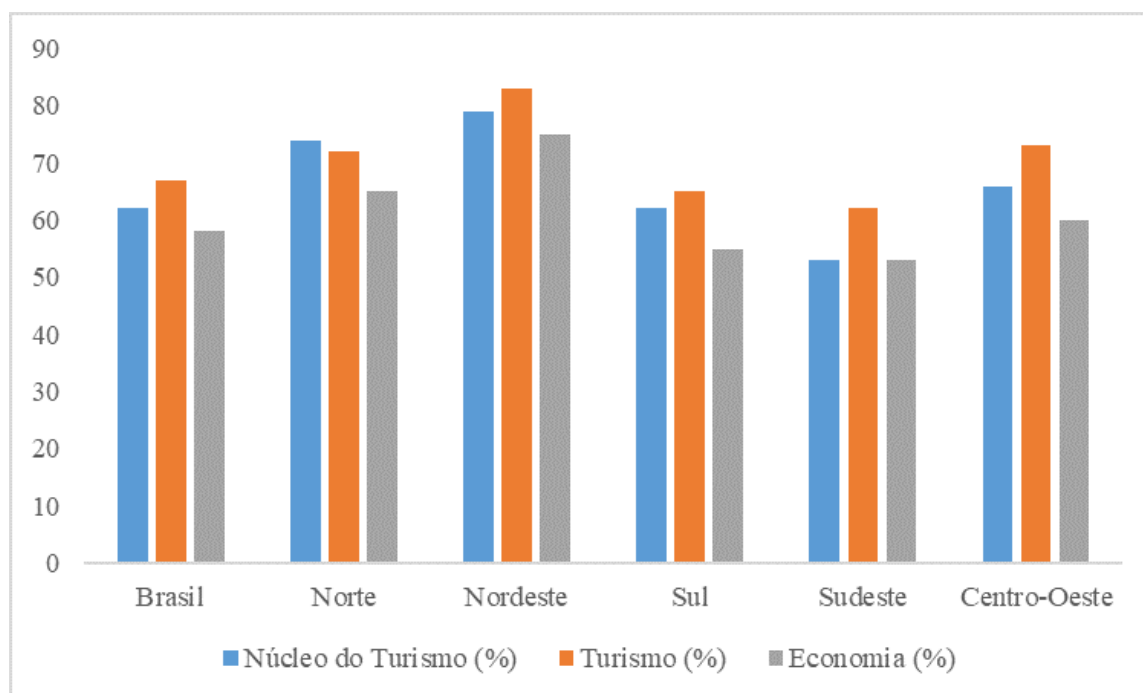
Nesse sentido, o crescimento do setor de serviços tende a ocorrer de forma mais homogênea no território nacional, quando comparado aos setores industrial e agropecuário, cuja distribuição espacial é mais concentrada e condicionada por fatores naturais, logísticos e tecnológicos. O setor terciário apresenta maior capilaridade, sendo capaz de se inserir em diferentes contextos regionais e de se adaptar às especificidades econômicas locais, promovendo, inclusive, o dinamismo de outras atividades comerciais e produtivas de acordo com a vocação de cada região.

No âmbito do setor de serviços, destaca-se particularmente o segmento do turismo, cuja relevância econômica é amplamente reconhecida. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council – WTTC), o Brasil ocupava a sexta posição³, no ranking mundial de países do setor, considerando indicadores como a contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto, a geração de empregos, as divisas provenientes de turistas internacionais e os investimentos públicos e privados associados à atividade (PORTAL BRASIL, 2014). Esses dados reforçam o papel estratégico do turismo como vetor de crescimento econômico e de geração de emprego no contexto da economia de serviços brasileira.

A WTTC realizou uma pesquisa em 184 países e neste estudo revela que “o impacto do turismo na economia do Brasil deverá alcançar 9,5% do PIB (R\$ 466,6 bilhões), um crescimento de 5,2% em relação ao ano passado, que foi de 9,2% do PIB (R\$ 443,7 bilhões), segundo o WTTC. O número é superior à média mundial, que foi de 2,5%”. O crescimento do turismo no Brasil pode ser mostrado por um estudo do IPEA a pedido do Ministério do Turismo, resumido no Gráfico 6.

³Sétima em 2025.

Gráfico 6: Ocupados formais no Brasil com remuneração média de até dois salários mínimos – setor de turismo e demais setores da economia – dez. 2013 (%).



Fonte: IPEA (2016).

O Gráfico 6 evidencia diferenças relevantes na estrutura de rendimentos entre setores e regiões do país. Em termos nacionais, observa-se que 67% dos trabalhadores formais do setor de turismo recebem até dois salários mínimos, percentual superior ao registrado para o conjunto da economia (58%), indicando uma maior concentração de vínculos de baixa remuneração no turismo. O núcleo do turismo — que abrange atividades diretamente ligadas à oferta turística — apresenta percentual intermediário (62%), ainda acima da média da economia, mas inferior ao observado no setor de turismo de forma mais ampla.

A análise regional revela acentuadas disparidades espaciais. A Região Nordeste apresenta os maiores percentuais de trabalhadores com remuneração de até dois salários mínimos, tanto no turismo (83%) quanto no núcleo do turismo (79%), além de um valor elevado para o conjunto da economia (75%). Esses dados refletem as desigualdades históricas de renda e estrutura produtiva da região, bem como a forte presença de atividades turísticas intensivas em mão de obra e de menor remuneração média.

Na Região Norte, os percentuais também são elevados, com 72% no turismo e 74% no núcleo do turismo, superando o valor da economia como um todo (65%). Esse padrão sugere que, assim como no Nordeste, o turismo regional desempenha papel relevante na geração de empregos formais, ainda que majoritariamente concentrados em faixas salariais mais baixas.

Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul apresentam percentuais relativamente menores de trabalhadores com remuneração de até dois salários mínimos, especialmente quando comparadas ao Nordeste e ao Norte. No Sudeste, os valores são 62% no turismo, 53% no núcleo do turismo e 53% no conjunto da economia, indicando uma estrutura de rendimentos relativamente mais favorável. No Sul, embora os percentuais

permaneçam elevados, observa-se menor distância em relação à média da economia, o que sugere maior diversificação produtiva e melhores níveis salariais relativos.

A Região Centro-Oeste ocupa uma posição intermediária, com 73% dos trabalhadores do turismo recebendo até dois salários mínimos, percentual superior ao observado no núcleo do turismo (66%) e no conjunto da economia (60%). Esse comportamento aponta para a coexistência de atividades turísticas de baixa remuneração com setores econômicos mais dinâmicos na região.

Portanto, o Gráfico 6 mostra que o setor de turismo apresenta maior concentração de empregos formais de baixa remuneração em todas as regiões do país, quando comparado ao conjunto da economia. Ao mesmo tempo, ressalta-se a existência de fortes desigualdades regionais, com maior incidência de baixos salários nas regiões Norte e Nordeste, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação da mão de obra e à elevação da produtividade no setor turístico, conforme indicado pelos dados do IPEA (2016).

No que se refere à Região Nordeste, observa-se que esta se destaca como a principal beneficiária da atividade turística no Brasil. O turismo assume papel estratégico na dinâmica econômica regional, uma vez que as atividades a ele relacionadas respondem por aproximadamente 9,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nordestino, evidenciando sua relevância como vetor de geração de renda e emprego. Segundo pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o setor proporciona um acréscimo anual estimado em R\$ 42,7 milhões à economia da região, reforçando sua importância para o desenvolvimento regional.

Esse protagonismo do turismo no Nordeste está associado a fatores como a diversidade de atrativos naturais e culturais, a forte vocação histórica para atividades ligadas ao lazer e à hospitalidade, bem como à capacidade do setor de absorver mão de obra, inclusive em segmentos de menor qualificação formal. Contudo, embora o turismo desempenhe papel relevante na dinamização econômica regional, os dados também indicam desafios persistentes relacionados à qualidade dos empregos gerados, à elevada concentração de rendimentos mais baixos e à necessidade de maior qualificação profissional.

Dessa forma, o fortalecimento do turismo no Nordeste deve ser acompanhado por políticas públicas que promovam não apenas a expansão quantitativa da atividade, mas também a elevação da produtividade, da formalização e dos níveis de remuneração. A articulação entre investimentos em infraestrutura, qualificação da força de trabalho e diversificação da oferta turística mostra-se fundamental para que o setor contribua de maneira mais efetiva para a redução das desigualdades regionais e para um desenvolvimento econômico mais sustentável e inclusivo.

4 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento econômico brasileiro a partir das transformações ocorridas nos setores primário e terciário, com ênfase no processo de modernização da agricultura e na expansão do setor de serviços, destacando sua relevância para a reorganização produtiva, a geração de emprego e o desenvolvimento regional, especialmente em regiões com limitada presença industrial.

Os resultados analisados ao longo do artigo confirmam a hipótese de que a

economia brasileira passou por um processo consistente de transformação estrutural, caracterizado pela modernização seletiva da agricultura e pela consolidação do setor de serviços como principal componente da estrutura produtiva nacional. A modernização agrícola contribuiu de forma significativa para o aumento da produtividade, a ampliação da produção e a inserção do Brasil nos mercados internacionais, consolidando o agronegócio como um dos pilares da economia nacional. No entanto, esse processo ocorreu de forma desigual, beneficiando principalmente regiões e produtores com maior acesso a capital, tecnologia e infraestrutura, ao mesmo tempo em que manteve extensas áreas do território nacional à margem desses avanços.

Paralelamente, o setor de serviços assumiu papel central no desenvolvimento econômico brasileiro, ampliando sua participação no Produto Interno Bruto e consolidando-se como o principal gerador de emprego formal no país. Esse crescimento esteve associado a fatores como a urbanização, a diversificação das demandas sociais e produtivas e a menor exigência de investimentos iniciais, o que favoreceu sua expansão em diferentes regiões, especialmente naquelas com baixa presença industrial. Nesse contexto, destaca-se o turismo como uma atividade estratégica, particularmente na Região Nordeste, onde tem contribuído de forma relevante para a geração de renda e ocupação.

Entretanto, o estudo também evidenciou importantes limitações desse modelo de desenvolvimento. Embora o setor de serviços tenha ampliado sua capacidade de absorção de mão de obra, grande parte dos empregos gerados apresenta baixos níveis de remuneração e reduzida qualificação, refletindo a persistência de desigualdades estruturais e regionais. Dessa forma, observa-se que a expansão do setor terciário, embora fundamental para o dinamismo econômico, não tem sido suficiente, por si só, para promover um desenvolvimento plenamente inclusivo e sustentável.

Assim, conclui-se que a modernização da agricultura e a expansão do setor de serviços desempenharam papel fundamental na reorganização da estrutura produtiva brasileira e na dinamização de economias regionais, sobretudo em áreas com limitada base industrial. Contudo, esse processo ocorreu de forma heterogênea e concentrada, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, à qualificação da força de trabalho e ao aumento da produtividade, especialmente no setor de serviços.

Por fim, destaca-se que o fortalecimento de estratégias integradas que articulem os setores primário e terciário, aliadas a investimentos em educação, inovação e infraestrutura, mostra-se essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico mais equilibrado, capaz de promover crescimento econômico sustentado, geração de emprego de melhor qualidade e redução das desigualdades regionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n. 3, p. 9–40, 2019.

ARAGÃO, B. A. R. Importância do setor de serviços à luz de tradicionais autores das Ciências Econômicas. *Revista Economia Política do Desenvolvimento*, v. 10, n. 24, p. 1–22, 2019.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Revista Campo-Território*, v. 1, n. 2, p. 123–151, ago. 2006.

BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. *The American Economic Review*, v. 57, n. 3, p. 415–426, 1967.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2019.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: UFBA, 2008.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930–1970*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século, 1965–2012*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. D. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. 2015. p. 11.

FIRMIANO, F. D. *Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Companhia das Letras, 1961.

GOMES, T. G. P.; BESARRIA, C. D. N.; SILVA, J. A. Informalidade na América Latina: uma análise por Vetores Autorregressivos em Painel. *Cadernos Metrópole*, v. 25, n. 58, p. 1017–1049, 2023.

GOMES, T. G. P.; SILVA, J. A.; FERREIRA, F. D. Impostos versus informalidade: uma análise por meio do modelo DSGE. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, e27344, 2024.

GOMES, T. G.; BESARRIA, C. D. N.; SILVA, J. A. Política tributária e informalidade na economia brasileira. *Revista de Economía del Caribe*, n. 35, p. 2–2, 2025.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VELHO, O. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. 1958.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Nacionais: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Turismo no Brasil: emprego e renda*. Brasília, DF: Ipea, 2016.

KON, A. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

LERRER, D. F. Memória, recalque e questão agrária no Brasil. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, p. 79–105, 2023.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Original publicado em 1867. (Coleção Os Economistas).

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *O setor de serviços no Brasil*. Brasília, DF: MDIC, 2016.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviço. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 26, p. 119–136, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Dados e fatos do turismo no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2014.

OLIVEIRA, L. R. A.; SILVA, J. A. da. O impacto da abertura comercial sobre o processo de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia da UEG*, v. 12, n. 1, p. 129–142, 2016.

OLIVEIRA, M. M. A nova dinâmica da agricultura brasileira. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, p. 405–408, 1996.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. 1998.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Original publicado em 1817. (Coleção Os Economistas).

SILVA, J. A. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 41, n. 3, 2014.

SILVA, J. A. A questão da desindustrialização no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45–75, 2014.

SILVA, J. A. A estrutura das revoluções científicas de Thomas Kuhn e a história do pensamento econômico. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 28, n. 1, 2017.

SILVA, J. A. Desindustrialização regional: conceitos, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Gestão & Produção*, v. 26, e4682, 2019.

SILVA, J. A. A tecnologia na teoria do crescimento econômico. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 32, n. 1, 2020.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. de. Teorias do comércio internacional, estrutura produtiva e crescimento econômico. *Revista Economia Ensaios*, v. 32, n. 1, 2017.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Original publicado em 1776. (Coleção Os Economistas).

SOUZA MATOS, A. G.; SILVA, J. A. Evolução do emprego formal e informal no Brasil: 2002–2014. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 8, n. 2, p. 237–260, 2016.

SOUZA ROCHA, R. J.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção Acadêmica*, v. 2, n. 1, p. 75–86, 2016.

SOUZA, A. M.; SILVA, J. A. Doença holandesa e desindustrialização no Brasil: 1995–2014. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 3, p. 49–60, 2017.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 1974.

VASCONCELOS, L. *Serviços: um setor em ebulição*. Brasília, DF: Ipea, 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1127:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 18 maio 2026.

WEISHEIMER, N.; ARAÚJO, M. S. R. de; LEHER, R. Questão agrária, formação social brasileira e dependência. *Princípios*, v. 41, n. 163, p. 240–265, 2022.